

Revista do **SESCON** RS

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

ANO X | Nº 71/20 | ABRIL DE 2014

ENTREVISTA
JOSÉ IVO SARTORI

PÁG. 6



Os desafios dos Conselheiros de Administração

PÁG. 12



ATENDENDO COM EFICIÊNCIA SUA EMPRESA DE CONTABILIDADE E SEUS CLIENTES.



AGORA COM CONTROLE
DE CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITO.



Para ficar ainda mais completo, o Domínio Atendimento está com uma nova funcionalidade, o gerenciamento completo de Certidão Negativa de Débito (CND). Além de buscar e emitir automaticamente as CND na Internet, com ela você armazena, registra e pode controlar a periodicidade e o vencimento dos documentos. O sistema também tem a opção de publicar automaticamente a CND para o cliente e enviar e-mail com notificações. Tudo rápido, fácil e organizado.

Informações comerciais: 0800 645 4004
www.dominiosistemas.com.br

DOMÍNIO



THOMSON REUTERS

Prezado leitor

Os tempos estão difíceis, seja no setor privado ou público. Na esfera estatal, o Governador José Ivo Sartori diz com todas as letras que o Estado parou no tempo e não tem sustentabilidade financeira. A entrevista completa de Sartori é destaque nesta edição.

foto: Gullli Bolfoni



DIOGO CHAMUN
PRESIDENTE

Já as dificuldades no setor privado são reflexos da política econômica do Governo Federal. Em momentos como este, o importante é criar um ambiente com visão mais ampla, com a definição de objetivos a curto e longo prazo. Esta é uma tarefa dos Conselhos de Administração e de seus Conselheiros, tema que interessa as empresas de serviços e, por isso, trazemos em nossa reportagem de capa.

E além de pensar no futuro das empresas, também é preciso planejar a aposentadoria dos empresários, assunto que abordamos com a participação de especialistas. Outra área que é preciso buscar assessoria de quem entende é a gestão de TI – Tecnologia da Informação –, que o leitor poderá conferir em uma reportagem especial.

Como entidade que traz em suas funções a representação e defesa das empresas de serviços, destaco o artigo sobre a extinção das multas da GFIP, do presidente da FENACON Mário Berti. Boa leitura!

3	PALAVRA DO PRESIDENTE
4	PANORAMA
6	ENTREVISTA
8	GESTÃO
10	GERAL
12	CAPA



16	ARTIGO
18	AÇÕES SESCON-RS
20	ACONTECEU
22	PONTO DE VISTA

A gestão das mulheres emp

ELAS ESTÃO NO COMANDO DOS NEGÓCIOS E DAS EMPRESAS, SÃO EXIGENTES E SABEM COMO NINGUÉM ALIAR O PAPEL FEMININO COM SUAS FUNÇÕES NA TOMADA DE DECISÕES EM SUAS ORGANIZAÇÕES

Graziele Pachla e Maria do Socorro da Cruz Bittencourt não se conhecem. Moram em cidades distintas no Estado, mas, em comum, são empresárias e atuam no setor de serviços. E se destacam como líderes em suas respectivas áreas de atuação. É a presença das mulheres, cada vez maior, na gestão de empreendimentos e no desenvolvimento de negócios que prosperam com o toque feminino na arte de administrar. À frente da Vip Mastter, em Porto Alegre, como diretora de contratações temporárias, Graziele faz parte de uma geração que já nasceu em uma família empresária e, há sete anos, assumiu o comando de uma unidade de negócios que integra os ramos de atuação da VIP, que, nas últimas duas décadas, presta

serviços na seleção de recursos humanos. “A minha área é considerada a porta de entrada do primeiro emprego, de pessoas que desejam uma oportunidade para mostrar seu talento com a possibilidade de efetivação após o contrato temporário”, comentou a empresária. Ao oferecer novos caminhos para centenas de pessoas que buscam colocação no mercado de trabalho, Graziele também se destacou com um “case” de sucesso ao atender o setor de hotelaria: “É importante buscar um diferencial no seu segmento em relação à concorrência. Foi assim que a Vip Mastter passou a atuar para as redes hoteleiras, com um atendimento especializado às demandas de contratações de temporários exigidas por este setor. Com isso, nós conquistamos

uma área que não havia interesse por parte de outras empresas de recrutamento e seleção”, destacou. O sucesso não veio por acaso, muito pelo contrário, pois a empresária leva à risca os ensinamentos das boas práticas de gestão, valorizando a descentralização e delegação das ações que fazem parte de sua rotina. “É importante você passar o máximo de conhecimento para frente. Nós atuamos com a técnica de 360 graus, onde todos na operação são treinados para conhecer a rotina de todos os setores, podendo, na

eventualidade, substituir um colega em sua ausência.” Com essas metodologias, Graziele tem seu olhar no futuro, no planejamento estratégico e na meta de conquistar o maior mercado do país, que é São Paulo. “Mesmo com o atual momento, com uma economia desacelerada, nossa meta é ampliar nossa participação. O bom empreendedor é aquele que se mantém atuante, seja com ventos a favor ou contrários”, finalizou.

Já em São Leopoldo a empresária Maria do Socorro é um exemplo de liderança, que traz em sua história um longo caminho desde que desembarcou em Porto Alegre vinda da cidade da Parnaíba, no Piauí. Esta piauiense de nascimento adotou rapidamente o Rio Grande do Sul e, três dias após chegar à capital gaúcha, já estava empregada, trabalhando em uma empresa no setor contábil. “Cheguei a Porto Alegre no dia 29 de abril e já no dia 2 de maio já comecei a trabalhar. Neste emprego, fiquei por 25 anos para depois, já com a formação contábil e muita experiência, empreender na atividade de assessoria contábil, agora em São Leopoldo, outra cidade que me recebeu de braços abertos”, disse ao relembrar os tempos iniciais de sua trajetória “guerreira” que aprendeu com sua mãe. E quem disse que os ensinamentos de casa pararam por aqui? Mesmo longe da cidade natal, dos irmãos que foram



GRAZIELE PACHLA

reendedoras

viver e trabalhar em Brasília, dos amigos de infância que fizeram a vida no Planalto Central, a gaúcha de coração seguiu seu destino e, há 20 anos, é uma profissional de excelência, reconhecida pelos seus pares e valorizada pela comunidade que lhe acolheu. Seu escritório, com duas salas comerciais e seis funcionários, pode ser considerado um pequeno empreendimento, mas Maria do Socorro é muito maior pelos desafios que assumiu em nome da sociedade, com sua atuação em entidades de

classe e sociais. Entre as atividades extraprofissionais, ela participa da Associação Comercial de São Leopoldo e como primeira Vice-presidente do SESCON-RS na região do Vale do Sinos. Mas é na Casa Aberta, que cuida de jovens, e na OSCIP que ajuda o Hospital Centenário que Maria do Socorro realiza as atividades que lhe enchem a alma de alegrias. “É gratificante participar das ações da comunidade onde vivemos”, diz a piauiense que escolheu nossas terras para semear trabalho e fraternidade.

Palácio Piratini/Assessoria de Imprensa



MARIA DO SOCORRO BITTENCOURT

CENTRO

f /senacrsoficial t @senacrs ig @senac_rs

QUER CRESCER?

VEM PRA CÁ.

Pós-Graduação **senac**

Presencial e a Distância. Inscrições abertas.

Faculdade Senac Porto Alegre

- Computação nas Nuvens NOVO
- Comunicação e Marketing Estratégico
- Gestão de Moda
- Gestão de Negócios NOVO
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas
- Segurança da Informação

Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas

- Comunicação e Marketing Estratégico NOVO
- Gerenciamento de Projetos
- Gestão de Negócios
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

Senac Bagé

- Gestão de Negócios NOVO
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

Senac Camaquã

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

Senac Caxias

- Gestão de Negócios NOVO
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO
- Segurança da Informação NOVO

Senac Erechim

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

Senac Lajeado

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

Senac Passo Fundo

- Computação nas Nuvens NOVO
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

Senac Rio Grande

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

Senac Santa Maria

- Computação nas Nuvens NOVO
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

Senac Uruguaiana

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO DO CURSO EM ATÉ 100%. SENACRS.COM.BR/POS

Conheça também as opções de cursos de pós-graduação a distância em: ead.senac.br/pos-graduacao

20% de desconto para **comerciários**

*Esta opção não se aplica para cursos de pós-graduação a distância.

JOSÉ IVO SARTORI, GOVERNADOR DO RS

“O Estado

Após se inteirar da situação econômica e financeira do Estado, o Governador José Ivo Sartori mostra a realidade das finanças e o difícil caminho que terá pela frente. Com recursos zerados para investimentos, já anunciou dificuldades em cumprir com o custeio da máquina estatal, inclusive com o pagamento, em dia, do funcionalismo público. Sartori critica o poder estatal ao afirmar “que infelizmente o Estado parou no tempo, perdeu a qualidade e não tem mais sequer sustentabilidade financeira”.



JOSÉ IVO SARTORI

A projeção de um déficit de R\$5,4 bilhões para 2015 imobiliza, principalmente, questões básicas no atendimento constitucional nas áreas da saúde, segurança e educação. Com os números à mão, quais são os critérios do Governo em manter as atividades de atendimento à população gaúcha?

O principal desafio neste período inicial está em sedimentar os princípios que irão nortear o nosso governo, com foco numa gestão transparente e com maior eficiência. Por isso, decidimos reduzir secretarias, racionalizar gastos, reorganizar o fluxo de pagamentos e dar agilidade à construção de políticas públicas que serão prioritárias. Estamos caminhando nessa direção de maneira cautelosa, sem fazer alarde e com muita responsabilidade. Ao mesmo tempo, era preciso assegurar a normalidade dos serviços mais essenciais ao cidadão, como o atendimento da saúde, da segurança, a matrícula dos estudantes na escola, e creio que estejamos alcançando os objetivos iniciais. O decreto que ditamos para cortar despesas tem como meta uma redução de R\$ 600 milhões nos gastos, o que é uma economia importante, porém, insuficiente diante da gravidade da situação. Mais medidas terão de ser adotadas, sempre com a preocupação de manter os serviços essenciais funcionando.

Além de atender as demandas da população, o Governo possui despesas de custeio da máquina pública, como também as questões previdenciárias que

fazem parte da folha de pagamento. Qual é o valor do custeio com a folha de pagamento do Estado, levando em conta somente a administração direta (Governo e suas Secretarias, aposentadorias).

A informação que temos, de acordo com a Secretaria Estadual da Fazenda, é global: em torno de R\$ 1,8 bi por mês, incluindo todo o funcionalismo dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os Governos anteriores se utilizam dos depósitos judiciais, como uma espécie de cheque especial, para complementar as receitas no caixa único. Qual será a política adotada pelo Governo neste sentido? Continuará utilizando estes recursos? E como fica a devolução dos valores já utilizados e não repostos?

A crise herdada agora é sem precedentes, pois esgotaram-se os recursos como depósitos judiciais, saques no caixa-único e novos empréstimos. Como dito anteriormente, o orçamento deste ano traz uma projeção de rombo de R\$ 5,4 bilhões. Outro ponto é a renegociação da dívida com a União. Nos termos em que acabou sendo aprovada pelo Senado, em nada mudaria a situação do Rio Grande do Sul. Sem a mudança do limite de 13% de comprometimento da nossa receita líquida, seguiremos repassando perto de R\$ 3 bilhões ao ano. Já buscamos um primeiro encontro com o vice-presidente Michel Temer, para expor a nossa situação. Vamos insistir nessa aproximação, no diálogo e na busca por alternativas que sejam realmente viáveis, tendo a capacidade de reconhecer que a

parou no tempo”

solução definitiva não ocorrerá em um governo ou dois. É uma tarefa coletiva e de longo prazo.

A preocupação da população gaúcha certamente é a mesma sua: como fazer o Estado voltar ao seu crescimento, conquistar uma melhor posição no PIB nacional. Como atrair investimentos e elevar a capacidade do Estado em investir na sua infraestrutura?

Nossa proposta é trabalhar com intervenções pontuais nos problemas estruturais do Rio Grande do Sul, respeitando o setor produtivo que dá sustentação ao Estado. Temos responsabilidade de interagir com a iniciativa privada com foco na infraestrutura viária, no setor aeroportuário, no conceito de equalizar a matriz de logística como forma de maximizar o desempenho da economia gaúcha. Sozinho, o estado não consegue fazer frente a tantas necessidades dentro de uma expectativa do menor prazo possível. Por isso, quando repito que nossa primeira meta é fazer “o estado funcionar” é porque temos um funcionalismo competente. Em nossa visão, ele pode ser também propositivo e contribuir para que se acabe com os gargalos na prestação dos serviços, principalmente da burocracia estabelecida, facilitando a vida da população. Assumir que se em alguma área o estado não pode ajudar, pelo menos não atrapalhe, não é um jogo de palavras nem só uma manifestação de boas intenções na gestão pública. Para alcançar a resolutividade que o Rio Grande precisa há que se construírem mecanismos muito claros, que permitam aprofundarmos as parcerias público-privadas.

Sabemos que o momento econômico é desfavorável, com indicação de cresci-

mento zero para 2015. A crise iniciada em 2014 aponta para um período de dificuldades, talvez com uma recuperação a partir de 2016. Levando em conta este cenário, que irá agravar as receitas do Estado, quais as saídas buscadas pelo Governo para enfrentar a situação?

É preciso que tenhamos uma preocupação com o fortalecimento das nossas indústrias já instaladas e direcionar a política de incentivos a partir da capacidade de geração de empregos e do desenvolvimento regional mais equilibrado, respeitando as vocações de cada região. Precisamos recuperar a confiança do investidor no Estado agindo com transparência e estabelecendo regras claras. As parcerias público-privadas são fundamentais neste processo para atração de novos investimentos. Por outro lado, a questão tributária é a situação mais evidente do quanto precisamos buscar um novo pacto federativo. Hoje não há clima político e muito menos capacidade da nossa economia absorver qualquer aumento da carga de impostos. O que precisamos é de uma reforma tributária. O cenário atual de concentração exagerada de tributos na União está determinando a falência de estados e municípios. A União dispõe de instrumentos para aumentar suas receitas em momentos de dificuldade, como ocorreu agora, criando taxas e contribuições, sem a necessidade de compartilhar com os demais.

Se, em um almoço de domingo com sua mãe, em Caxias do Sul, ela perguntasse como está o “Estado do RS”, como o senhor iria responder?

Eu diria que há dois tipos de Estado dentro do nosso mesmo Rio Grande. Um Estado dos gabinetes com ar-condi-

cionado, rodeado por muitos interesses corporativos e setoriais. Esse é o Estado do governo, que infelizmente parou no tempo, perdeu a qualidade, não tem mais sequer sustentabilidade financeira. Mas há também o Estado do chão dos municípios, que fica na área rural, na cidade, na fábrica, na escola, entre as pessoas. Esse é o Estado da sociedade, que dá certo, que evolui, que progride, que é plural e inclusivo. Só que esse conceito de dois Estados não nos serve. Nós não podemos nos conformar com ele. O governo e a sociedade são partes de um mesmo tecido social. Por isso, eu diria que nós temos um grande desafio pela frente. Não é algo fácil, não é para amanhã, não é tarefa para um só homem ou um só governo, mas o Rio Grande tem capacidade para superar essa situação. E a nossa maior inspiração é a sociedade gaúcha.

Para finalizar, qual a boa notícia que o senhor gostaria de dar ao povo gaúcho?

O novo ciclo de desenvolvimento que o Estado precisa iniciar requer honestidade e clareza sobre as dificuldades que estamos enfrentando. O Rio Grande tem desafios crônicos, nós sabemos disso, e eles não vão desaparecer sozinhos. É preciso focar nas soluções. Ninguém vai em frente só mirando nos problemas. Também é preciso celebrar e potencializar nossas vitórias, aquilo que a nossa comunidade tem de melhor. Um exemplo disso é que somos o maior produtor de arroz do Brasil e ajudamos a fazer com que o país seja um dos nove maiores do mundo. Temos tecnologia, produtividade, inovação e gestão. Acima de tudo, temos força de vontade e disposição para buscar as mudanças que o Rio Grande tanto precisa.

A Tecnologia não é mais um mas um pré-requisito

CADA VEZ MAIS AS EMPRESAS UTILIZAM DOS RECURSOS DE TI PARA ADOPTAR SUAS ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO

“A área de TI – Tecnologia da Informação – deixou de ser um diferencial e hoje é um pré-requisito para a operação das nossas atividades.” A afirmação é do advogado Marcelo Bertuol, do escritório Cabanellos Schuh, que, em suas seis unidades, possui 420 usuários e dispõe de um CPD próprio para atender às demandas atuais e de crescimento de suas atividades jurídicas. Mas o começo não foi assim, como explica Bertuol: “No início, tínhamos um sistema de mercado, mas se tornou limitado para nossas características em nossa área de atuação. A TI cresceu pela necessidade da empresa em atender a seus clientes e estar atualizada com as novas tecnologias. Para isso, desenvolvemos um ERP (*Enterprise Resource Planning*) para atender ao universo das atividades jurídicas e da gestão administrativo-financeira”, revelou o advogado. O projeto iniciou antes mesmo do processo eletrônico, utilizado pelos tribunais para receber petições e recursos em tempo real (online).

Atualmente, o Portal de Gestão Jurídica oferece interfaces para seu público interno (advogados, administração), para acesso remoto dos clientes no acompanhamento dos processos e para atender às rotinas processuais com o envio eletrônico das petições aos tribunais. Mas a Cabanellos Schuh foi além do projeto de infraestrutura de TI, que tem em seu CPD 11 servidores, links de internet em redundância, gerador e no-breaks para manter a autonomia de suas operações. “A gestão de TI se tornou ainda mais estratégica com a solução de *business intelligence* (BI), que oferece relatórios em todas as nossas atividades, desde quantos processos recebemos por mês, qual é a natureza da ação, como é dividido por Estado, entre diversas outras pesquisas utilizadas para análise e avaliação do escritório. A partir destas informações, é possível realizar um exame detalhado que permite a tomada de decisões”, disse Bertuol.

Guto Moisés/Office Press



EDERSON BASTOS

da Informação diferencial, dos negócios

O escritório de advocacia é um bom exemplo de como a TI pode fazer parte da estratégia da empresa. Sabemos, porém, que boa parte das empresas de serviços ainda está na fase inicial de infraestrutura, com aquisição de hardware para atender à operação e de softwares disponíveis e acessíveis ao seu negócio. E para as empresas que não sabem como avaliar suas necessidades e quais tecnologias adotar, um dos caminhos é solicitar uma avaliação de empresas que atuam na consultoria e gestão de TI. É o que faz a Connection, com 20 anos de mercado, que atende a clientes de pequeno, médio e grande porte. “Nossa primeira ação é avaliar todo o ambiente de TI da empresa, com o levantamento completo dos equipamentos, licenças, demandas e dimensionamento do sistema utilizado”, esclarece Ederson Bastos, diretor comercial. O segundo passo é a entrega de um relatório detalhado com as indicações necessárias, desde a aquisição de equipamentos, sistemas de gestão, questões de segurança, com as quais o empresário terá a melhor decisão na montagem ou atualização de suas plataformas de

trabalho. “Nos- sa função é de Gestão em TI, inclusive com serviços remotos para atender aos nossos clientes, mas quem decide pela compra de equipamentos e soluções é sempre a empresa, conforme sua política de compras e de seu orçamento anual para este setor.” De acordo com Bastos, “nada se faz sem TI. É base de todo tipo de operação comercial e profissional, independentemente da área”. Ele destaca ainda que TI não é e nunca foi um investimento. “A maioria das empresas deve se organizar para ter uma estrutura mínima para garantir a qualidade do seu funcionamento.”

Em relação aos resultados obtidos com a implementação de TI, Bastos ensina que “não basta ter toda uma estrutura se não houver uma gestão de todos os processos”. O caminho básico, desde rotinas de backup de forma



MARCELO BERTUOL

diária, garantia de energia com gerador ou no-breaks, questões de segurança, monitoramento de servidores, definição de links de internet, já não é suficiente para atender às demandas e exigências do mercado, que vão além do organismo físico de computadores e de suas redes. Para finalizar, Bastos adverte para o dimensionamento da rede de internet, “uma vez que as empresas liberam o acesso para uso de tablets e de smartphones que compartilham a rede com os terminais dos usuários que utilizam desktop”.

Os caminhos aposentadoria

PLANEJAMENTO
E INVESTIMENTO
A LONGO PRAZO
FAZEM PARTE
DA SEGURANÇA
FINANCEIRA PARA
O FUTURO



Guto Moisés/Office Press

ANDERSON TOMASI RIBEIRO

Seja qual for o regime tributário da empresa, os empresários recolhem, através de seu Pró-labore, valores para a previdência social e possuem os mesmos direitos que os trabalhadores celetistas. Seja no auxílio-doença ou salário-maternidade, na pensão por morte ou no benefício previdenciário, os empresários e empresárias estão amparados pela previdência pública.

Em se tratando da previdência social, além de ser vitalícia, pode representar um ganho extra para o empresário ou até mesmo ser sua única renda ao se aposentar, conforme tenha sido sua atividade profissional. Esta situação não é rara, pois o empresário nem sempre possui um lastro econômico de bens imóveis ou de outras fontes de renda para prover sua aposentadoria.

É neste sentido que o pequeno empresário que atua no setor de serviços deveria estar atento para o futuro, pois a mesma regra de planejar sua aposentadoria privada também

é válida para a pública, como adverte o advogado previdenciário Anderson Tomasi Ribeiro: “É comum recebermos no escritório empresários que estão há cinco ou seis anos da aposentadoria, um prazo muito curto quando o histórico de recolhimento é desfavorável para obter um melhor rendimento de seu benefício”. Além disso, pela regra do INSS, 20% das contribuições são descartadas no momento do cálculo previdenciário. “Se houvesse maior cuidado e maior previsão dos empresários, muitas vezes é possível, inclusive, economizar com os valores pagos à previdência.” Ribeiro explica que “o histórico anterior na atividade como empregado é relevante para a análise e planejamento das contribuições futuras”. Por outro lado, quando o valor das contribuições foi sempre pelo mínimo do Pró-labore, há a necessidade de aumentar as contribuições levando em conta se a opção do segurado será pela aposentadoria pelos anos de contribuição ou

para uma tranquila

por idade. Muito embora a previdência oficial não atenda às necessidades ou ao padrão de vida desejado pelo empresário, “ainda é o valor mais econômico enquanto investimento com renda vitalícia”, concluiu Ribeiro.

Mas para quem deseja e pode fazer uma poupança extra, existem inúmeros caminhos, desde imóveis para locação, investimentos em imóveis na planta para revenda ou até mesmo os conhecidos Planos VGBL e PGBL de previdência privada. Há também a opção de Seguro de Vida com resgate mensal, que, após um período de carência, permite o saque das reservas acumuladas, além da proteção da apólice em casos de morte ou incapacidade para o trabalho. De acordo com Cintia Merode Germano, corretora da Merode Seguros, o investimento em uma apólice de seguro, com resgate após 10 anos, é considerado o FTGS dos empresários, os quais terão acesso aos valores acumulados, com correção pelo IPCA, no

momento de sua aposentadoria. “O segurado poderá resgatar todo o valor acumulado ou programar retiradas conforme suas necessidades. Além disso, desde o início do plano o empresário terá a cobertura do seguro em casos de morte ou invalidez, uma garantia contra os imprevistos que irá minimizar questões materiais e das despesas de inventário”, comentou a especialista. Outra modalidade de seguro é o de sucessão empresarial, neste caso, com o objetivo de salvaguardar o patrimônio da empresa em caso de morte de um dos sócios. “Quando isso acontece, o valor da parcela de cotas do sócio falecido é transferido para a família, dentro do processo de sucessão. Esta situação poderá prejudicar o caixa da empresa e dilapidar seu patrimônio. A partir do seguro de sucessão, que fará parte do contrato social, haverá maior segurança financeira para os sócios remanescentes”, finalizou Cintia.



CINTIA MERODE GERMANO

■ GUTO MOISÉS

CADA VEZ MAIS AS EMPRESAS ADOTAM A GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA PROFISSIONALIZAR A GESTÃO DOS NEGÓCIOS. E ESTÃO NO CAMINHO CERTO, A COMEÇAR PELA FORMAÇÃO DE CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO, QUE ORIENTAM A ESTRATÉGIA E MONITORAM OS RESULTADOS DA OPERAÇÃO

De em e



Decisões favor da empresa

Órgão máximo das empresas, o Conselho de Administração tem a missão de definir o rumo dos negócios, estabelecendo os caminhos estratégicos e monitorando os resultados da operação. O conselho é o núcleo central da Governança Corporativa, que se completa com apoio da auditoria externa, controladoria, podendo ter ainda um comitê de gestão, conselho fiscal, os quais geram informações e indicadores para análise dos conselheiros. Embora pareça tudo muito formal, com definições longe do entendimento de muitas empresas, é bem verdade que a personalidade do conselho não é só para grandes organizações ou para aquelas empresas que possuam ações negociadas em bolsa de valores.

No início, a formação de um conselho também pode ser estabelecida para empresas limitadas ou S/A de capital fechado. Neste caso, a orientação é

formar um conselho consultivo, com a contratação de conselheiros independentes. “O fundamental é que sejam profissionais com reconhecida capacidade técnica e ampla experiência nas áreas de conhecimento para a empresa obter resultados globais”, explica José Kleber Ziede, da KMZ Associados, que atua como conselheiro independente. Segundo o consultor, “o ideal do conselho é que haja uma diversidade de conhecimento e experiência capaz de ajudar nas decisões estratégicas. Por exemplo, se uma empresa atua em um setor energético, será importante identificar no mercado um profissional com este perfil, pois haverá maior sinergia para as decisões que necessitem desta especificidade”. Ainda neste primeiro passo, o principal executivo, que geralmente é o fundador ou sócio majoritário, terá a dupla missão em atuar tanto na gestão operacional como na estratégia de crescimento da empresa.



JOSÉ KLEBER ZIEDE

Visão de Futuro

Com a cultura assimilada pelo empresário, o segundo passo é formalizar o Conselho de Administração, ampliando ainda mais sua visão de futuro com a participação de membros de fora da companhia. Sabe-se, porém, que boa parte das empresas ainda não possui uma estrutura amadurecida de Governança, e o conselho reúne tanto diretores que fazem parte da gestão como membros externos. É um caminho híbrido que até pode funcionar, mas terá sua limitação da visão estratégica e, principalmente, no reconhecimento de resultados insatisfatórios ao bom desempenho da empresa. Seja como for, o importante é buscar a profissionalização

em todos os níveis, mesmo que este processo leve algum tempo. Além disso, estamos diante de um poder concentrado na pessoa de um fundador ou de um acionista majoritário. “Dividir poderes não é algo que se admite sem um grau de confiança e amadurecimento. É preciso uma certa humildade do empresário de ver que ele não sabe tudo sobre todos os processos dos negócios”, ensina Jairo Laser Procianoy, conselheiro atuante em diversas empresas no país. Além de superar a divisão de poderes, os efeitos em atuar com um conselho profissional são os melhores possíveis, principalmente quando se fala em garantir a longevidade das empresas.

Guto Moisés/Office Press



JAIRO LASER PROCIANOY

Independência

O ideal em uma empresa é que o Conselho de Administração tenha sua função totalmente independente da gestão. Não só pela isenção necessária para a tomada de decisões, mas pela não subordinação a qualquer parte interessada, sejam diretores ou sócios que fazem parte da operação. “É importante que se entenda que o conselheiro independente deverá votar sempre em favor da empresa, jamais de partes interessadas que podem fazer parte do conselho. O nosso papel é levar uma visão externa, estruturada e com objetivo de agregar conhecimento para o desenvolvimento dos negócios”, diz José Krebs Ziede. A opinião do conselheiro é compartilhada por Rodrigo Trentin, do Instituto Brasileiro de Go-

vernança Corporativa – IBGC. “Nós não recomendamos, dentro das melhores práticas de governança corporativa, que exista uma sobreposição de funções no conselho, onde diretores ou o presidente tenham assento no órgão independente, que é o Conselho de Administração. Uma coisa é o presidente prestar contas em uma reunião do conselho, outra é também ser o próprio presidente deste órgão, que necessita uma visão estratégica e de monitoramento da gestão. Trentin ensina que as empresas devem priorizar na formação de um conselho com maior diversidade, seja de gênero, seja de diferentes tipos de formação. “Por ser um órgão colegiado que tem um papel estratégico para o direcionamento da

IBGC/Assessoria de Imprensa



RODRIGO TRENTIN

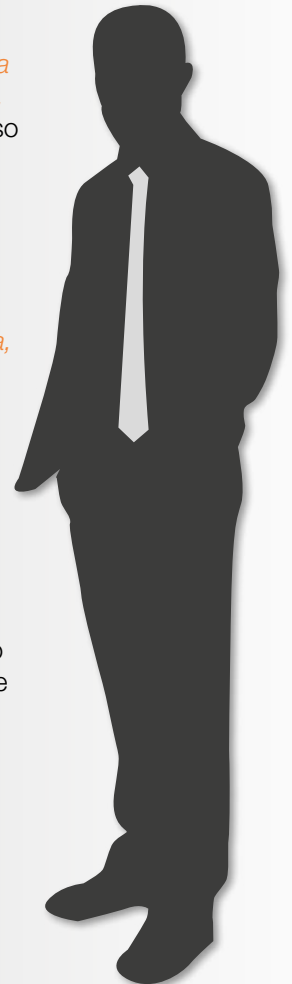
empresa, a participação de conselheiros externos traz contribuições relevantes para os negócios.”

Família

Nas organizações familiares, é importante considerar a implementação de um Conselho de Família, grupo formado para discussão de assuntos familiares e alinhamento das expectativas dos seus componentes em relação à organização. Entre suas ações, fazem parte planejar sucessão, transmissão de bens e herança e visualizar a organização como fator de união e continuidade da família. Ainda neste quesito, definir a tutela dos membros da família para a sucessão na organização, considerando os aspectos vocacionais, o futuro profissional e a educação continuada. Faz parte também do Conselho de Família a definição de critérios para a indicação de membros que irão compor o Conselho de Administração.

Sucessão

Um dos itens do manual de boas práticas da Governança Corporativa é o processo sucessório e na formação de lideranças. Entre os possíveis instrumentos adotados pela empresa para formar uma nova geração executiva, o Acordo dos Sócios é sugerido pelo IBGC na troca de comando das organizações. Através de um documento, ficam estabelecidas as mais diversas regras nos processos de sucessão, desde a qualificação de herdeiros para assumir posições na empresa, dos critérios de avaliação dos candidatos aos postos executivos, entre outras questões de relevância que irão assegurar o futuro da organização.



Indicações de livros



◀ *De Geração para Geração*, de John Davis, Kelin Gersick, Marion Hampton e Ivan Lansberg – Ed. Negócio, 1997.



◀ *Governança Ativa*, de Ram Charan, Dennis Carey e Michael Useem – Editora Campus Elsevier.



◀ *A Empresa Familiar a Salvo de Rupturas*, de Fernando Curado – Ed. Saint Paul.



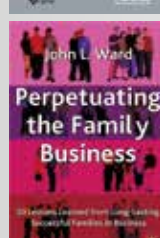
◀ *Governança Corporativa - Um modelo Brasileiro*, de Elismar Álvares, Celso Giacometti e Eduardo Gusso – Ed. Campus.



◀ *Da Série FGV LAW, Empresas Familiares, Governança corporativa, Familiar e Jurídica*. Coordenadora Roberta Nioac Prado e vários autores Ed. Saraiva



◀ *Acontece nas melhores Famílias - Repensando a empresa Familiar*. Organizadores: Marcelo Melo e Paulo Lucena de Menezes – Ed. Virgília



◀ *“Perpetuating the Family Business”*, de John L. Ward – Ed. Palgrave Macmillan London UK

Extinção das mais uma da classe

■ MÁRIO BERTI



FENACON/Assessoria de Imprensa

A pesar das dúvidas que ainda têm gerado entre os empresários, a extinção das multas por atrasos na apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) representa uma vitória para todo o sistema empresarial contábil brasileiro e demonstra mais uma vez a força do setor. Em um cálculo bem pessimista, deixará de ser pago pelas empresas afetadas, no mínimo, perto de R\$ 1 bilhão em penalidades, o que por si só já explica a importância dessa medida.

Sancionada pela presidente da República, Dilma Roussef, a Lei nº 13.097, resultante da Medida Provisória nº 656/14, contempla a anistia da cobrança de parte das multas geradas por atrasos na entrega da GFIP entre os anos de 2009 e 2013. Instituídas em 1990, as cobranças só começaram a ser aplicadas em 2013, retroativamente desde 2009, devido à junção dos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal. O valor cobrado poderia chegar a R\$ 30 mil, afetando assim milhares de empresários.

Caso fossem mantidas, as cobranças poderiam inviabilizar a continuidade de vários empreendimentos no país,

multas da GFIP: conquista contábil

representando mais uma dificuldade para aqueles que tentam empreender no Brasil, especialmente às micros e pequenas empresas. Embora empreguem cerca de 60% dos trabalhadores com carteira assinada do país, enfrentam grandes entraves ao seu desenvolvimento, principalmente devido ao alto custo tributário brasileiro.

Apesar de o texto aprovado não atender a todas as reivindicações, já que se esperava a anistia total das dívidas, a medida contempla e resolve um percentual expressivo dos problemas, prevendo isenção total para as GFIP's sem movimento e para aquelas com movimentos entregues até o último dia útil do mês seguinte. Requisitamos também a devolução ou direito a crédito daquelas empresas que pagaram a multa antes da promulgação da lei, o que infelizmente não foi atendido.

A aprovação da lei que anula as multas da GFIP é uma conquista que nos orgulha e é resultado de grande mobilização de várias instituições para sensibilizar o poder público sobre a pauta, entre elas o Sistema Fenacon Sescap/Sescon, que representa 400 mil empresas do setor de serviços. Desde o início de 2014 realizamos esforços junto ao Executivo e Legislativo para viabilizar a aprovação e evitar graves consequências

para o setor empresarial, organizando inclusive uma petição para a aprovação do projeto que reuniu mais de 40 mil assinaturas.

Foi uma luta árdua, de quase um ano de trabalho, com reuniões, abaixo assinado eletrônico, conversas com pessoal do Governo, deputados, senadores e Receita Federal, mas, que ao final valeu todo esforço. E para o Sistema Fenacon representa a credibilidade e a certeza de que temos força suficiente para conseguir novas e importantes vitórias.

Continuaremos atuando no combate à alta carga tributária e na diminuição da burocracia, além de lutar por políticas públicas que garantam mais desenvolvimento e agilidade às empresas brasileiras. A revisão da legislação do Simples Nacional, com a correção das tabelas, já defasadas, é uma das nossas atuais batalhas.

Pelo engajamento e trabalho intenso agradeço aos envolvidos na aprovação do projeto, destacando que não mediremos esforços para continuar auxiliando a classe empresarial e contábil em muitas outras batalhas.

- Mario Berti é empresário contábil e presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

Passo Fundo e Região agora têm Certificação Digital do SESCOON-RS

A Região da Produção, importante polo econômico do Rio Grande do Sul passa a contar com a certificação digital da AR SESCOON-RS. Em cerimônia que teve a presença de empreendedores e autoridades de Passo Fundo, foi dado início ao serviço que levará mais agilidade, segurança

e comodidade na relação de empresas com os órgãos de registro e regulamentação.

**GILBERTO ZANIN,
EDSON SALVADOR
E DIOGO CHAMUN
COMEMORAM A
INAUGURAÇÃO**



O Posto de Certificação Digital da AR SESCOON-RS funciona junto à vice-presidência da entidade região e é uma parceria com o Sindicato dos Técnicos em Contabilidade e Contadores de Passo Fundo.

Para o SESCOON-RS, a criação do Posto no município é um marco no processo de interiorização dessa significativa ferramenta de auxílio aos empreendedores. “A certificação digital já está inserida em nosso dia-a-dia. Ao ofertarmos o serviço, garantimos que os recursos arrecadados retornem em mais

benefícios”, salienta o Presidente Diogo Chamun. Segundo ele, essa cadeia garante o crescimento de todos, visto que o SESCOON-RS não visa lucro e destina a arrecadação da certificação digital para projetos e outros serviços que vão impactar no

desenvolvimento de seus representados.

O vice-presidente do SESCOON-RS para a Região da Produção, Gilberto Zanin, destaca a vinda do Posto como uma das primeiras conquistas da recém instalada vice-presidência regional. “Estamos trazendo ações para cá, investindo. Ter a certificação digital dentro da Casa da Contabilidade no município só reforça nosso compromisso com o empresário contábil. Ele pode tranquilamente vir a nós ou indicar seus clientes quando precisar desse serviço”, ressalta.

O Presidente do sindicato local, Edson Salvador, também é outro entusiasta da chegada da AR SESCOON-RS a Passo Fundo. “A certificação agora está dentro de nossa casa e tenho convicção de que o Posto vai render muitos frutos”, afirma. Na ocasião também foi descerrada a placa que identifica o local como sede da vice-presidência do SESCOON-RS na Região da Produção.

O Posto da AR SESCOON-RS em Passo Fundo está localizado na Rua Sete de Agosto, 448 (Centro). Mais informações pelo fone (54) 3312-2440 ou e-mail postopf@sescon-rs.com.br

ATENDIMENTO IN LOCO

Outra facilidade que o Posto da AR SESCOON-RS trouxe para a região é a possibilidade de atendimento in loco em qualquer município. Essa modalidade está em amplo funcionamento nas regiões onde o SESCOON-RS possui seu posto de certificação e é uma comodidade para quem desejar obter o certificado digital, sem preci-

sar se deslocar. Para tanto, é necessário agendamento prévio e um número mínimo de certificados a serem emitidos. “Nossa intenção é atender as demandas, onde quer que elas estejam. O atendimento in loco é uma modalidade com alto grau de satisfação de quem a utiliza”, afirma Chamun.

IR: avança a tecnologia, mas correção da tabela continua insuficiente

■ Diogo Chamun

Já estamos a pleno no período de declaração do Imposto de Renda 2015. A filosofia de arrecadação vem se aperfeiçoando a cada ano, com avanços interessantes, porém a defasagem de aproximadamente 70% na tabela, desde 1996, gera prejuízo irreversível ao contribuinte.

Para exemplificar, se pegarmos um salário de R\$ 990,00, que era isento em 1996, e simplesmente atualizarmos pelo IPCA, esse mesmo salário passa a ser descontado em R\$ 150,00 de IR, com o mesmo ou menos poder aquisitivo. Essa defasagem deveria ser recuperada, criando um dispositivo legal e automático de aumento da tabela pela reposição da inflação e mais um ganho real, para que se recupere o patamar de 1996. No entanto, há claros sinais do Governo de que isso não irá ocorrer. Um erro grave que lesa todas as cadeias produtivas de nosso país (trabalhadores empregados e “trabalhadores empresários”).

Mas há avanços na operacionalização da declaração, embora esses ainda careçam de ajustes. A tecnologia é evidente. Hoje, o contribuinte pode até declarar por smartphones. No entanto, seria um salto inegável de qualidade se o programa do IRPF fosse disponível também para uso em rede.

Atualmente, o programa é monousuário, ou seja, não pode ser utilizado num ambiente multiconectado, por mais de uma pessoa ao mesmo tempo. Essa situação traz um notável prejuízo para as organizações contábeis, que atuam com mais profissionais simultaneamente e são responsáveis por uma fatia expressiva de declarações entregues.

MALHA FINA – Quanto ao documento pré-preenchido, sua criação é positiva, mas o contribuinte deve ter cuidado, pois pode ser induzido ao erro. Os campos são alimentados pelas fontes pagadoras e isso deve ser conferido. Além disso, essa modalidade só é permitida para quem possui certificado digital e entregou a declaração de 2014. Em função desses detalhes, sempre recomendamos a contratação de uma empresa contábil, que é especialista.

IMPOSTO INJUSTO – Em suma, o IR vem evoluindo na sua formatação. Contudo, o apetite do Governo, para



cobrir desvios em seus órgãos e maquiar equívocos de gestão acabam por tornar o imposto injusto. A correção da tabela é uma bandeira do SESCON-RS, pois acreditamos que é possível um país se desenvolver, sem lesar trabalhadores e empresas. No entanto, essa correção não pode ser condicionada a tributação dos lucros das empresas, como alguns defendem. Lutaremos continuamente para que o Imposto de Renda seja cobrado de maneira correta e se torne cada vez menos burocrático.

■ Presidente do SESCON-RS

DIRETORIA TITULARES

Presidente:
Diogo Ferri Chamun
Vice-Presidente:
José Tadeu Jacoby
Diretor Administrativo:
Valdir Ferreira Rodrigues
Vice-Diretor Administrativo:
Maria Onira Colissi
Diretor Financeiro:
Maurício Gatti
Vice-Diretor Financeiro:
Eduardo Sinigaglia
Diretor de Relações do Trabalho:
José Roberto Santos Pires
Diretor de Assuntos Legislativos:
Célio Luiz Levandovski
Diretor de Eventos:
Flávio Dondoni Jr.
Diretor de TI:
Flávio Duarte Ribeiro Jr.
Vice-Presidente – Região Taquari:
Jandir Dickel
Vice-Presidente – Região Central:
Leono Pacheco de Oliveira
Vice-Presidente – Região Vale dos Sinos:
Maria do Socorro da Cruz Bittencourt
Vice-Presidente – Região da Produção:
Gilberto Zanin de Souza

SUPLENTES

Celso Luft
Marice Franchetti
João Batista Custódio Duarte
Lucia Elena da Motta Haas
Paulo Ricardo Maia
Marcelo Alexandre Vidal
Jéssica Benetti de Oliveira
Ana Paula Mocalin Queiroz
Carlos Zenon Koch da Silva

CONSELHO FISCAL TITULARES

Rogério Costa Rockembach
Jorge Luiz Bersch
Joaquim Vaz Godinho

SUPLENTES

Tassiro Astrogildo Fracasso
Inêva Fátima Lodi
Alexandre Sehn

Delegados Representantes

junto à FECOMÉRCIO TITULARES

Diogo Ferri Chamun
Jaime Gründler Sobrinho

SUPLENTES

Célio Luiz Levandovski
Valdir Ferreira Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Nasi
Diogo Chamun
Flávio Dondoni Jr.
Flávio Obino Filho
Jaime Gründler Sobrinho
José Roberto Santos Pires
Jussara Corrêa
Maurício Gatti
Nelson Dutra
Valdir Ferreira Rodrigues



Office Press

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

PRODUÇÃO

Office Press Comunicação

Fone: (51) 3325.6061
www.officepress.com.br
office@officepress.com.br

Editor Responsável: Guto Moisés

(Fenaj 6543/RS)

Revisão: Press Revisão

Projeto Gráfico: PenseDesign

Fotos: Arquivo SESCOB-RS

e Agência Office Press

PORTO ALEGRE

[14/01] DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte e suas alterações, com o instrutor Sérgio da Porciúncula. O curso orienta de forma prática como preencher corretamente a declaração.

[16/01] Normas Gerais de Tributação Relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, com Sérgio da Porciúncula.

[19/01] DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte e suas alterações, com o instrutor Sérgio da Porciúncula. O curso orienta de forma prática como preencher corretamente a declaração.

[20/01] Simples Nacional e suas Atualizações trazidas pela LC 147/2014, com Deise Parisotto. A capacitação visa efetuar uma análise completa sobre os principais aspectos a serem observados quanto a tributação das empresas inerentes ao Simples Nacional.

[21/01] Sped Fiscal com Bloco K – escrituração Fiscal Digital, com Francisco Laranja. A capacitação visa analisar na prática os lançamentos fiscais do arquivo no que concerne a EFD ICMS/IPI e expor toda a legislação sobre Sped Fiscal.

[22/01] Nfe (DANFe), Atualizações da NFe de Consumidor (NFC-e), NFe de Serviço de Porto Alegre (Nota Legal), CPF na Nota e Tributos Aproximados na Nota Fiscal, com Ademir Vanzella. O curso visa a correta aplicação da legislação e os riscos de penalidades pelos erros de preenchimento da nota fiscal.

[10/02] Procedimentos Fiscais para Encerramento de Balanço para o Ano-Calendário 2014, com o instrutor

Sérgio da Porciúncula. Orientar sobre a melhor opção de recolhimento do imposto e das contribuições.

[11/02] Nota legal – Nota de Prestação de Serviços Eletrônica, com Jerre Araújo. O curso visa ampliar as informações sobre a utilização do novo sistema e a correta aplicação da legislação tributária municipal.

[12/02] Regras da Desoneração da Folha de Pagamento, com Rosane Kuhn. A capacitação abordou os aspectos práticos e operacionais nessas alterações na legislação.

[24/02] Curso EFD Contribuições – PIS/COFINS e Desoneração da Folha, com Francisco Laranja. Expõe e analisa na prática as principais questões referentes à EFD Contribuições.

[12/03] Retenções na Fonte nas Prestações de Serviços (INSS, ISS, IRRF, CSLL, PIS e COFINS), com Rosane Kuhn. A capacitação visa orientar de maneira teórica e prática a sistemática de cálculo e a apuração do IR retido na fonte.

[16/03] Imposto de Renda Pessoa Física – Apresentação – DAA – Declaração de Ajuste Anual, com Sérgio da Porciúncula.

[23/03] Curso de Departamento Pessoal – Módulo I, com Luciano Biehl. O treinamento forma e capacita para a prática das rotinas de departamento pessoal nas empresas de serviços contábeis.

[24/03] Escrituração Contábil Fiscal – Sped do IRPJ e da CSLL, com Francisco Laranja. A capacitação abordou assuntos como regras básicas de preen-

chimento, tabelas e códigos utilizados na ECF, além dos blocos e registros.

[26/03] Curso ICMS – Prática e Escrita Fiscal, com Ademir Vanzella. A capacitação tem por objetivo capacitar para atuação na área fiscal das empresas.

INTERIOR

[26/01] PASSO FUNDO – Normas Gerais de Tributação Relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, com Sérgio da Porciúncula.

[10/02] LAJEADO – Curso Desoneração da Folha de Pagamento, com Francisco Laranja. A capacitação abordou os aspectos práticos e operacionais nessas alterações na legislação.

[23/02] URUGUAIANA – e-Social: Escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas, com Cláudia Bressler. Curso visa oportunizar um espaço para aprendizado e debate acerca das normas jurídicas aplicáveis, as práticas e os impactos que serão gerados nas empresas com a implantação do eSocial.

[25/02] LAJEADO – e-Social: Escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas, com Cláudia Bressler. Curso visa oportunizar um espaço para aprendizado e debate acerca das normas jurídicas aplicáveis, as práticas e os impactos que serão gerados nas empresas com a implantação do eSocial.

[16/03] URUGUAIANA – Curso Desoneração da Folha de Pagamento, com Francisco Laranja. A capacitação abordou os aspectos práticos e operacionais nessas alterações na legislação.

[17/03] SANTA MARIA – Imposto de

Renda Pessoa Física – Apresentação – DAA – Declaração de Ajuste Anual, com Sérgio da Porciúncula.

[23/03] PELOTAS – Imposto de Renda Pessoa Física – Apresentação – DAA – Declaração de Ajuste Anual, com Sérgio da Porciúncula.

[24/03] SÃO LEOPOLDO – Imposto de Renda Pessoa Física – Apresentação – DAA – Declaração de Ajuste Anual, com Sérgio da Porciúncula.

[31/03] PASSO FUNDO - Imposto de Renda Pessoa Física – Apresentação – DAA – Declaração de Ajuste Anual, com Sérgio da Porciúncula.

SEMINÁRIOS VIA WEB

[15/01] IFRS – Entenda as regras Contábeis para Aplicação Correta da Lei nº 12.973/2014 (Foco Contábil), com Laudelino Jochem.

[20/01] Lei de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, com Daniel Oliveira.

[29/01] Decreto nº 8.373 / 2014 – eSocial: Saiba o que é e como Implantar a Nova Obrigação Previdenciária e trabalhista, com Zenaide carvalho.

[09/02] Alterações Trabalhistas e previdenciárias: Medidas Provisórias ° 664 e 665 publicadas no DOU de 30/12/2014, com Gilson Gonçalves.

[12/02] Cadastro Ambiental Rural – CAR, Novo Código Florestal e as Obrigações na Produção Rural, com Diego Bisi Almada.

[26/02] Desoneração da Folha – Regras Práticas e Novidades da Lei Nº 13.043 / 2014, com Zenaide Carvalho.

[03/03] Tudo Sobre Imposto de Renda Pessoa Física 2015 + descomplicando IR em Bolsa de Valores, Ganhos de Capital e Variáveis, com Laudelino Jochem.

[19/03] Retenção na Fonte, Contribuições e Obrigações Sociais (IRRF, PIS, COFINS, CLSS, ISS), Leis Nº 9.430/96 e 10.833/03, INSS pela IN RFB, com Neomar Antônio Córdova.

[31/03] Atualização em previdência Social – Contribuições e Retenções, com Lúcia Young.

COMITÊ SETORIAL SESCON-RS / PGQP

[29/01] Redigindo o Relatório de Gestão do PQRS 2015 (PGQP), com Marcelo Bernardes. Etapas, estrutura do relatório, os oito critérios avaliados e os cuidados da redação são alguns dos temas abordados.

[11/02] Interpretação dos Critérios de Avaliação – PQRS 2015 (PGQP), com Marcelo Bernardes. A capacitação apresenta o Modelo de Excelência de Gestão (MEG), discute os fundamentos do PGQP.

[26/02] Examinador do Prêmio Qualidade RS 2015 (PGQP), com Cláudio Luiz Turatto. O curso visa capacitar para examinar a gestão das organizações, dentro dos padrões do PGQP.

[02/03] Palestra Mensal – Empreendedor: motivando o empreendedorismo interno, com Roberto Dias Duarte.

Litoral Norte do RS: um potencial econômico ainda não percebido

■ ADELAR FOCHEZATTO

Onde há aglomeração de pessoas, por menor que seja, temos empresas de comércio e de serviços formando um mercado e uma economia local. Analisando informações em perspectiva temporal e geográfica, observam-se uma alta variabilidade e, ao mesmo tempo, uma alta correlação no movimento dessas duas dimensões das economias locais: população e empresas de comércio e serviços. Com a indústria é diferente, as mudanças são mais lentas e, geralmente, prefere-se localizar em cidades de maior porte e ao redor das grandes regiões metropolitanas.

Na formação dos mercados locais, às vezes, o processo começa com a instalação de uma empresa, a qual atrai pessoas e outras empresas para perto dela. Esta é uma estratégia antiga de desconcentração econômica que os governos usam através de subsídios à instalação de empresas em locais remotos. Outras vezes acontece o contrário, a aglomeração de pessoas vem antes, arrastando empreendedores e mais pessoas para o local visando explorar as oportunidades de negócios e de empregos que surgem.

Em relação ao movimento de pessoas no espaço geográfico no RS, a tendência predominante ao longo das últimas décadas tem sido da metade oeste para a metade leste do Estado. O tema do esvaziamento da região da campanha já aparecia na obra de Cyro Martins, especialmente na sua "Trilogia do Gaúcho a Pé" (Sem Rumo (1937), Porteira Fechada (1944) e Estrada Nova (1953)). Os pequenos camponeses ou os empregados de estâncias saíam para as cidades mais próximas principalmente por conta da expansão do latifúndio. Nem sempre essas pessoas conseguiam um emprego ou mesmo se manter nele e, por consequência, elas acabavam aumentando o contingente de desempregados e, não muito raro, de favelados.

Nos dias de hoje, os deslocamentos de pessoas no espaço geográfico do RS não são mais do campo para a cidade. Eles ocorrem principalmente entre cidades, sendo que os principais destinos têm sido a região Metropolitana de Porto Alegre e as cidades praianas do Litoral Norte do RS. Além das tradicionais motivações para migrar (educação, emprego e renda), cada vez mais pessoas se mudam em busca de melhor qualidade de vida (amenidades). Este parece ser o fenômeno que está acontecendo atualmente nessa região litorânea, que vem apresentando um impressionante aumento da população nos últimos anos. Neste artigo, a região do Litoral Norte do RS é considerada como sendo composta pelos municípios de Balneário Pinhal, Cidreira, Tramandaí, Imbé, Osório, Xangri-lá, Capão da Canoa, Arroio do Sal e Torres.

De acordo com informações da Fundação de Economia e Estatística (FEE), a população do conjunto destes municípios passou de 170.595 pessoas em 2000 para 231.181 em 2013, representando um aumento de 35,51% no período. A participação no total da população do RS aumentou de 1,67% em 2000 para 2,13% em 2013. A título de comparação, neste mesmo período Porto Alegre e o RS tiveram, respectivamente, aumentos de 4,71% e 6,42%, sendo que Porto Alegre teve uma redução de participação na população estadual, que passou de 13,36% para 13,14%. Este alto aumento da população não é apenas de pessoas aposentadas. Ele é maior em todas as faixas etárias. Por exemplo, a população com idade até 60 anos aumentou ao redor de quatro vezes mais nos municípios do litoral do que em Porto Alegre e no RS como um todo.

O alto crescimento populacional nesses municípios ainda não está se refletindo em aumento da atividade econômica, do empreendedorismo e de oportunidades de



Adelar Fochezatto/Arquivo Pessoal

emprego. Conforme exposto anteriormente, este é um caso típico em que é a aglomeração de pessoas que irá induzir o desenvolvimento econômico. A sazonalidade da população entre o verão e o inverno atrapalha, mas é uma questão de tempo. Em função das características da região, as atividades com maior potencial de crescimento são as de comércio e serviços. Para acelerar o processo de desenvolvimento regional, o setor público poderia estender a Região Metropolitana de Porto Alegre até as praias e começar a transferir para lá órgãos da administração pública estadual. Afinal, estamos falando de um lugar atrativo para as pessoas, próximo a Porto Alegre e Caxias do Sul e com ótima acessibilidade rodoviária.

■ Doutor em Economia.
Professor do PPGE/
FACE/PUCRS



Tentamos resumir em uma
imagem o **Alterdata CND**...
ou o que ele pode fazer por você.



Alterdata CND

Suas Certidões Negativas de Débito
de forma simples e práticas pra você
ganhar mais tempo.



0800-704-1418

www.alterdata.com.br



3^o

Encontro
Gaúcho
Das Empresas
De Serviços
Contábeis

REALIZAÇÃO

SESCON RS

Entidade que representa
as empresas de serviços do RS

Local:
Sogipa
Porto Alegre


EGESCON

Data:
22 e 23
de outubro

INFORMAÇÕES

(51) 3343,2090 | www.sescon-rs.com.br